
SUBSTÂNCIA É UNIVERSAL OU INDIVIDUAL? NOTAS SOBRE A ÚLTIMA APORIA DE BETA DA *METAFÍSICA* DE ARISTÓTELES (B6, 1003A5-17)

Gabriel Geller Xavier

Resumo

Aristóteles na última aporia apresentada em Beta da *Metafísica* levanta o seguinte problema: os princípios são universais ou individuais? Na discussão dessa aporia, o Estagirita identifica os princípios com substâncias, de modo que a questão bem poderia ser: substâncias são universais ou individuais? Esse impasse não é de pouca monta, uma vez que o conceito envolvido nele é o principal da ontologia aristotélica e ambas as possibilidades apresentadas pela aporia parecem vedadas. O objetivo deste artigo é investigar a argumentação que Aristóteles apresenta na discussão da última aporia de Beta, assim como, fazer alguns apontamentos sobre a dimensão de tal impasse na teoria aristotélica da substância.

Palavras-chave

Substância; *um-isto* (*tóde ti*); universal; individual

Abstract

From the last aporia introduced in *Metaphysics' Beta* raises the following problem: are the principles universal or individual? In the discussion of this aporia, Aristotle identifies the principles with substances, so that the question could well be: are substances universal or individual? This impasse is not minor, since the concept involved in it is the main of Aristotelian ontology and both possibilities presented by aporia seem sealed. The aim of this paper is to investigate the argument that Aristotle presents in the discussion of the last aporia of Beta, as well as to make some notes about the dimension of this impasse in the Aristotelian theory of substance.

Keywords

Substance; *a this* (*tóde ti*); universal; individual

No livro *Beta* da *Metafísica*, que é conhecido por seu conteúdo aporético, Aristóteles reúne as aporias com quais lidará na constituição da ciência buscada. A última aporia discutida em *Beta* questiona se “os princípios são universais, ou como as coisas individuais” (*Metafísica*, B 1 996a9-10)¹. Em seu desenvolvimento o Estagirita identifica princípios com substância e isso é natural que ocorra, dado que se os princípios não forem substâncias, não serão *por si* (*kath' autó*), o que significa que serão dependentes de um subjacente e, portanto, haverá algo anterior a eles, o que é incompatível com a condição de ser princípio. Então, para garantir a inviolabilidade da condição de princípio é necessário que sejam identificados com substância, pois somente assim serão *por si*, isto é, independentes de qualquer subjacente ou algo anterior. Desse modo, o questionamento que dá origem à aporia poderia ser “as substâncias são universais, ou como as coisas individuais?”, uma vez que *hai archai* é equivalente à *hai ousiai*, como fica claro no desenvolvimento da aporia. Sendo assim, essa questão não é de pouca monta para Aristóteles. Ora, saber se substância é universal ou individual é, em outras palavras, saber o que é a substância. No entanto, saber o que é a substância em um sentido positivo não é o objetivo do Estagirita nessa aporia, mas sim apontar as razões que serão entraves na determinação dela como universal ou individual. Sua preocupação é não permitir que o conceito de substância possa ser primeiramente caracterizado como universal, como os platônicos fizeram, e nem como individual, como ele mesmo fez em *Categorias*, sem antes levantar os problemas que tal caracterização pode acarretar para o conceito de substância. É de primeira ordem o levantamento desse impasse, na medida em que a ciência buscada terá a sua possibilidade a partir da noção de substância, por isso determiná-la é fundamental para Aristóteles. Essa aporia não é posta no elenco das aporias que figuram em *Beta* apenas para marcar o distanciamento do Estagirita daquilo que seu mestre, Platão, entendia como substância, mas também para prevenir a si próprio de que não pode determinar o que é primeiramente substância sem levar em consideração os problemas nos quais pode incorrer ao caracterizá-la como universal ou individual. O desenvolvimento de uma aporia que investiga as consequências de tomar um ou outro caminho na determinação do conceito de substância é, sem dúvida, de extrema importância para tomar consciência do caminho que Aristóteles deve percorrer em sua investigação madura do conceito de substância, no qual forma flerta com universal – ainda que este último seja devidamente

¹ Todas as traduções presentes nesse artigo são de minha autoria e responsabilidade.

descartado em Z13 –, assim como aponta a razão pela qual a primeira caracterização do conceito de substância, feita em *Categorias*, é problemática. Essa aporia, para além de ter importância na sistematização do problema que o Estagirita enfrenta na determinação do que seja substância, nos permite intuir, diante de um problema dessa magnitude, a genialidade e originalidade que o filósofo necessitará na investigação em que se propôs resolver esse problema, o livro Zeta da *Metafísica*. Não é sem motivo que esse é um dos livros mais difíceis do *corpus* e que os intérpretes e comentadores encontram dificuldade extrema e quase nenhum consenso. Contudo, não me ocuparei do modo como Aristóteles irá resolver essa aporia, mas tão-somente da argumentação desenvolvida nela. Neste artigo, o objetivo é examinar as razões presentes na aporia que levam o Estagirita a rejeitar a caracterização da noção de substância primeiramente como sendo universal ou individual.

I

A aporia aqui tratada se encontra em B6 1003a5-17 e alguns intérpretes a tomam como a décima segunda, outros como décima quarta e outros, ainda, como a décima quinta aporia, seja do modo que for, é o último impasse apresentado em Beta da *Metafísica*². Essa aporia segue uma estrutura tal como as que a precedem: Aristóteles coloca a problema (1003a5-7), em seguida analisa as razões pelas quais é problemático assumir a substância como universal (1003a7-13) e, por fim, examina as dificuldades de entender as substâncias como sendo individual (1003a13-17). A estrutura é tal, porque nela o Estagirita vê a vantagem de apresentar – com o intento de esclarecer – o que há de problemático em cada uma das posições e, com isso, abrir caminho para encontrar uma solução que supere – ou, pelo menos, não retorne – os problemas levantados na aporia. O esclarecimento das dificuldades enfrentadas por uma ou outra posição é de profunda importância, pois coleta dos argumentos relevantes das diferentes posições o que permite tomar consciência dos problemas, desse modo, o objetivo e o caminho da

² Ross (Cf.1924 [1981], p. 221-223 e 249-250) e Tricot (Cf. 2003, p. 168) veem essa aporia como sendo a décima segunda, pois seguem a numeração das aporias apresentadas em B1. O *Syposium Aristotelicum* que tematizou Beta e deu origem ao texto organizado por Michel Crubellier e André Laks (Cf.2003, p. 1-2) entende ser a décima quarta, pois começam a classificação e contagem das aporias a partir de B2 e não contam como constituindo uma aporia independente B6 1002b12-32, mas como parte da décima segunda aporia. O motivo para não ser entendida de modo independente é principalmente não ter sido mencionada em B1. Já Madigan (Cf. 1999, p. 143-146) classifica a última aporia tratada em Beta como a décima quinta, iniciando a contagem e classificação das aporias a partir de B2 e inclui como uma aporia, dentre as demais, aquela discutida em 1002b12-32.

investigação é clarificado³. O método diaporemático é o que permite desenvolver as dificuldades de ambos os lados, por isso, as aporias assumem a estrutura de apresentação do problema e discussão dos impasses de cada uma das posições possíveis. A última aporia de Beta segue precisamente essa estrutura, o que permite ao Estagirita expor a difícil determinação da natureza das substâncias. Eis o desenvolvimento da última aporia Beta:

Além dessas aporias, é preciso que se formule aporias acerca dos princípios (*archai*): se são universais (*kathólou*), ou, como dizemos, são coisas individuais.

Pois, se são universais, não são substâncias (pois, nenhum dos [termos] comuns designa *um-isto* (*tóde ti*), mas um *tal* (*toiónde*), enquanto que a substância é *um-isto*). Se o que é predicado comum for *um-isto* e sujeito a exibição (*ekthésthai*)⁴, então, Sócrates será muitos animais: ele próprio e Homem e Animal, se é assim, cada um designa *um-isto* e uma coisa). Então, se os princípios são universais, essas são as consequências.

³ Essa é, de modo geral, uma possível justificativa do método diaporemático extraída de B1, pois a passagem 995a27-b4 parece apresentar três vantagens proporcionadas pelo levantamento das aporias: (i) se conscientizar e identificar os problemas (o nó), (ii) aclarar o destino da investigação em curso e (iii) ouvir ambos os lados no intento de coletar argumentos e referências. Madigan chama a atenção para esses pontos na exposição de Aristóteles sobre o método diaporemático (cf. MADIGAN, 1999, p. 24).

⁴ Nessa parte da passagem há uma variação de possibilidades de emendar o texto de 1003a10: (i) *ei d' éstai tóde ti kai ekthésthai tò koinéi katēgoróúmenon...* (Se o que é predicado comum for *um-isto* e sujeito a exibição...) presente em Alexandre e defendida por Bonitz. A outra é (ii) *ei d' éstai tóde ti kai hèn thésthai tò koinéi katēgoróúmenon...* (Se o que é predicado comum for *estabelecido um-isto* e uma coisa...) proposta por Richards e aceita por David Ross. A diferença entre (i) e (ii) é a alteração de *ekthésthai* para *hèn thésthai*, o que altera a configuração da passagem. Em (i) no caso de se entender aquilo que é predicado comum portando a característica de ser *um-isto* e ser passível de *exibição* (*ekthésthai*), então, se seguirá consequências absurdas... Em (ii) o sentido é alterado para: se tomar aquilo que é predicado comum como portando as características de ser *um-isto* e *uma coisa*, então, se seguirá as consequências nefastas que o texto apresenta. Na variação (i) *ekthésthai* acrescenta uma característica decorrente de ser *um-isto*, o fato de ser poder ser *exibido*, característica do que possui realidade. Já em (ii) estabelecer o que é predicado comum como *hèn, uma coisa*, nada mais é do que repetir que é *um-isto*. A consequência da suposição (*pollà éstai zōia ho Zōkrátēs...*) permite ambas as construções.

Stephen Menn em seu comentário a esta passagem, no entanto, apresenta motivos pelos quais a possibilidade (i) poderia ser deixada de lado e que estimularia a escolha de (ii) por Ross: (a) o primeiro é que a palavra *éstai* aparece uma única vez e está sendo usada simultaneamente em dois sentidos diferentes, com sentido copulativo (*éstai tóde ti... tò koinéi katēgoróúmenon...*) e no seu sentido potencial (*éstai tóde ti...ekthésthai tò koinéi katēgoróúmenon*). (b) O segundo é que se *eínai* é impessoal em sua potencial construção ('*ésti* V-infinitivo' = 'é possível V'), desse modo, '*tò koinéi katēgoróúmenon*', que aparece uma única vez, teria de ser tomada no nominativo como sujeito de '*éstai tóde ti*' e no acusativo como objeto de '*ekthésthai*'. A partir dessas considerações, a emenda defendida por Ross, (ii), surge com maior plausibilidade, pois não incorre nem em (a), nem em (b). Mesmo assim, Menn acredita que não seja preciso alterar (i), o texto que consta nos manuscritos e no comentário de Alexandre. Por isso, Menn defende que é possível gramaticalmente a construção potencial de *éstai* ser pessoal, i. e., '*S ésti* V-infinitivo' = 'é possível V a S', mesmo pouco sendo uma construção pouco usual, seria possível e retiraria (i) das objeções (a) e (b). (Cf. MENN, 2009, p. 227). A defesa feita por Menn torna (i) novamente tão possível gramaticalmente quanto (ii), embora (i) possua uma vantagem de outra ordem em relação à (ii): (i) é a opção que se encontra nos manuscritos e em Alexandre, se é possível que permaneça inalterada, não se deve alterar.

Por outro lado, se não [forem] universais, mas como são os indivíduos, não serão cognoscíveis (pois as ciências (*hai epistēmai*)⁵ de todas as coisas são universal), de modo que, anteriores (*próterai*) a [estes] princípios, haverá outros princípios que se predicam universalmente, se é que há conhecimento deles. (*Metafísica*, B6, 1003a3-17)

O primeiro movimento da aporia é a apresentação da questão que dá origem ao impasse: se os princípios são universais ou individuais? O movimento seguinte do Estagirita é avançar na discussão de ambos os lados, iniciando com o exame das dificuldades encontradas em se postular universais como princípios. As dificuldades decorrentes deste postulado são para determinar universais como sendo ontologicamente anteriores, uma vez que o *um-isto* aparece como critério fiador da prioridade ontológica das substâncias e os universais não satisfazem tal critério. Após o exame dos universais, Aristóteles passa à análise dos indivíduos como princípios, entretanto o principal problema que decorre dessa hipótese é a impossibilidade do indivíduo ser objeto de uma ciência, isto é, de ser objeto de conhecimento, pois uma condição de cognoscibilidade do objeto científico é ser universal, este sendo o critério fiador de anterioridade epistemológica. Ora, a aporia parece se estabelecer justamente sob esses dois pilares: a anterioridade ontológica dos indivíduos *versus* a anterioridade epistemológica dos universais. É, por certo, nessa discordância que a aporia é erigida, na medida em que a substância deve ter anterioridade em todos os sentidos, o que lhe garante, portanto, a prioridade ontológica afiançada pelo *um-isto* como também a epistemológica assegurada por algum grau de universalidade necessária para a sua cognoscibilidade. A anterioridade em apenas um dos dois sentidos ou impossibilitaria o conhecimento das substâncias, ou levaria ao absurdo de postular realidade para o que não possui, o que, de algum modo, também impossibilitaria o conhecimento. É importante salientar que em nenhuma das possibilidades levantadas por Aristóteles na aporia o *um-isto* deixa de aparecer indissociável da substância, quer seja fixando realidade aos universais, quer seja como indivíduo refratário a condição de universalidade requerida pelo objeto científico. Isso ocorre porque *um-isto* é critério imprescindível de substancialidade, tanto na determinação da substância primeira em *Categorias*, quanto na eleição da forma como primariamente substância em *Zeta*. É interessante pensar também, como os problemas levantados nessa aporia poderiam estar

⁵ Ross e Jaeger baseiam-se no manuscrito A^b para defender *hē epistēmē* em 1003a15. No entanto, os manuscritos mais antigos (EJ) trazem *hai epistēmai*, o que parece deixar mais claro o contexto, pois não há uma ciência de todas as coisas, como pode sugerir o uso no singular do termo *epistēmē*. A opção pelo plural *hai epistēmai* privilegia o entendimento de que para cada caso de conhecimento científico o objeto é sempre universal.

no horizonte do Estagirita ao propor a investigação de Zeta. O exame maduro do conceito de substância apresenta como pano de fundo a convergência do critério ontológico, o *um-isto*, com o critério epistemológico da universalidade. O plano de Aristóteles em Zeta é alcançar a *forma definienda* como o que é primeiramente substância. Então, conseguindo o que almeja, o Estagirita solve a última aporia de Beta, na medida em que reconcilia a anterioridade ontológica e epistemológica da substância, mostrando-a anterior em todos os sentidos⁶. Por isso, a aporia em questão tem real importância no cenário em que Aristóteles desenvolve sua teoria da substância.

Seguindo o modo como o próprio Estagirita sistematiza o impasse, no meu intento de analisar as pretensões da aporia, concentrar-me-ei primeiramente no movimento feito por Aristóteles em direção às dificuldades enfrentadas por postular as substâncias como universais. Em seguida, também devo tecer algumas considerações sobre a segunda parte da aporia, isto é, acerca dos problemas de se tomar as substâncias como indivíduos.

II

Aristóteles toma como objeto de análise em 1003a7-13 as dificuldades de se determinar universais como princípios/substâncias. As primeiras linhas da discussão da aporia já são taxativas na afirmação de que os princípios não podem ser universais: pesa contra essa possibilidade o fato de que em sendo universais, os princípios não poderão ser identificados como substância, uma vez que substância é *um-isto* (*tóde ti*) e contrariamente os universais são termos comuns a muitos, ou seja, são um *tal* (*toiónde*), não designando *um-isto*. O argumento é extremamente forte, contudo, conta com a premissa de que os princípios são substâncias, a qual não é explicitada, mas assumida. De fato, essa é uma premissa que não está explicitada no argumento, no entanto, ao que parece, é um tanto simples mostrar a necessidade de que os princípios sejam substâncias. Nesta aporia, como noutras presentes em Beta, o Estagirita toma como assumido que se algo é um princípio, então, deve ser uma substância. Isso acontece porque se um princípio fosse qualquer coisa que não uma substância, seria qualquer coisa que dependeria de uma substância, pois não teria uma qualidade que somente as

⁶ Aristóteles mesmo afirma já logo em Z1 a anterioridade da substância em todas as acepções da palavra anterior: “Pois bem, anterior se diz de muitos modos, no entanto, a substância é anterior em todos” (Metafísica, Z1, 1028a31-32).

substâncias possuem, ser *por si* (*kath'auto*). Ora, em dependendo de algo para que seja, o princípio perde a sua condição de anterioridade, de princípio, e passa a haver algo que lhe é anterior e, portanto, mais digno de ser designado como princípio. Logo, se os princípios não forem substâncias, perdem a sua condição de princípio, donde se seguem que substâncias são princípios por excelência. Por isso que é um entrave para Aristóteles postular os universais como princípios, na medida em que os princípios são substâncias, não podem ser universais, sob pena de dissociar a noção de princípio da noção de substância e, então, os princípios deixarem de ser *por si* e perderem a sua condição de princípio. Não obstante, uma vez que é garantida a identificação dos princípios com as substâncias, o comportamento de um e outro deve ser o mesmo, pois a dissociação do comportamento de ambos - os princípios assumindo uma característica contrária a das substâncias - causaria a desagregação do que não pode ser separado, substância e princípio. Não é por outra razão que se dá a dificuldade levantada pela aporia, pois se, de um lado, a substância possui a característica de ser *um-isto* – aquilo que designa um indivíduo, uma única coisa – e, de outro, os princípios a de serem universais – termos comuns a muitos, o que designa um *tal* ou um *tipo* – assim, possuindo características contraditórias entre si, não seria possível os princípios serem substâncias. A conclusão é que os princípios não podem ser universais, dado que são substâncias. Seguindo a sistematização do argumento 1003a7-9 feita Madigan (1999, p. 143) podemos apresentá-lo do seguinte modo:

- (1) Os princípios são substâncias. (premissa assumida)
- (2) A substância é *um-isto*. (1003a9)
- (3) Universais são termos comuns. (premissa assumida)⁷
- (4) Nada que é comum é *um-isto*. (1003a8-9)
- (5) Nenhum universal é *um-isto*. (segue-se de (3) e (4))
- (6) Nenhum universal é uma substância. (segue-se de (2) e (5))
- (7) Consequentemente, nenhum universal é um princípio. (segue-se de (1) e (6))

A sistematização do raciocínio ajuda-nos a vislumbrar melhor as premissas que Aristóteles vai introduzindo no argumento. A premissa (2) afirma que a substância é *um-isto*, o que, pelo menos, remonta a *Categorias*, mas não somente *Categorias*, como

⁷ A premissa é assumida, mas é, certamente, constante no argumento, uma vez que Aristóteles define universal (*kathólou*) como “o que por natureza é predicado de muitos”. Essa definição encontra em *Da Interpretatione*, 7, 17a39-40, mas também Z13 traz a mesma definição em 1038b11-12.

também a Zeta⁸. O *um-isto* é uma característica distintiva da substância, é algo denunciável por um adjetivo demonstrativo que indica precisamente a concretude sensível do indivíduo, de maneira dêitica o *um-isto* designa o indivíduo, a unidade sensível concreta perceptível pelos sentidos⁹. Na *Metafísica*, o *um-isto* também designa a forma, na medida em que determina o indivíduo. Desse modo, a premissa (3) apresenta o universal como o oposto ao *um-isto*, como trará (4). O universal não pode ser *um-isto*, porque designa um termo comum a vários, é apontado por Aristóteles com sendo um *tal*, o que não designa um indivíduo, a unidade concreta apanhada pelos sentidos, mas antes, uma unidade comum a vários e que indica uma totalidade. Devido a essa incompatibilidade entre *um-isto* e universal é que o impasse se instaura, pois não há como coadunar essas características opostas, cuja consequência será a dissociação do universal das noções de substância e princípio, como consta nas premissas (6) e (7).

Aristóteles, no entanto, não parece plenamente satisfeito com a argumentação exposta em 1003a7-9, isto é, com o fato de que universais não são *um-isto* e, portanto, não podem ser princípios e substância. O Estagirita continua levantando dificuldades contra os universais serem princípios, no entanto, na sequência, em 1003a9-12, faz um experimento hipotético (*ei d' éstai...*) pensando os universais serem *um-isto*. Propondo tal hipótese, Aristóteles se opõe as premissas (4) e (5), assumindo, então, que os universais cumprem o critério necessário para ser substância e princípio.

O experimento acontece com Aristóteles expondo que se o universal for *um-isto* e puder ser configurado fora do sujeito do qual é predicado, então, será necessário aceitar que Sócrates é muitos (*pollà éstai ... ho Zōkrátēs*), pois será ele próprio, Homem (que agora é *um-isto*) e Animal (que também passou a ser *um-isto*). Ora, isso é o mesmo que dizer: Sócrates é X; Homem é Y; Animal é Z. Y não é o mesmo que X, porque foi predicado também de outros que não são X (para evitar que $x=y$, $w=y$, então, $x=w$), logo, Y é outro que X, do mesmo modo ocorre com Z, que será diferente de X e também de Y. Mas como pela regra de predicação Sócrates é ele mesmo, é Homem e é Animal, em tal caso, Sócrates será muitos, pois terá que se admitir que será pelo menos X, Y e Z. Estes todos estando presentes em Sócrates haverá três substâncias distintas em uma, o que configura uma impossibilidade. Esse é um típico caso de *reductio ad absurdum* que

⁸ Cf. *Categorias*, 5, 2a11-14 e 3b10-13, também, *Metafísica*, Z1, 1028a10-13; Z3, 1029a27-30, entre outras passagens.

⁹ Aristóteles é claro na caracterização da substância primeira como *um-isto* (*tóde ti*): “Toda substância parece significar *um-isto*. Considerando as substâncias primeiras, é incontestavelmente verdade que significam *um-isto*, pois a coisa manifesta é individual e numericamente uma” (*Categorias*, 3b10-13).

Aristóteles quis apresentar para não deixar dúvidas do sério problema em que se incorre tomar como universais as substâncias. O Estagirita não ficou restrito apenas a expor o quão incompatíveis são as noções de *um-isto* e a de universal, quis ir mais longe e, por meio de *reductio ad absurdum* mostrar a que tipo de anomalia lógica se chegaria se não fosse observada a imensa incompatibilidade que há entre tais noções. E Aristóteles cumpre bem seu intento, pois se aceitarmos que Sócrates e Homem e Animal são *um-isto* e configurados fora, que se consegue extrair uma unidade deles e podem ser chamados de animais, e que não são o mesmo, então, será necessário concluir que existem três substâncias distintas presente em Sócrates. Essa é apenas uma das consequências nefastas a que se pode chegar ao se admitir universais como substâncias. Em Z13 da *Metafísica*, o Estagirita irá expor outras terríveis conclusões decorrentes desse postulado, como a tão temida *regressus ad infinitum* engendrada pelo famoso argumento do Terceiro Homem¹⁰.

III

Em 1003a13-17 Aristóteles enfrenta a segunda parte da aporia, em que desenvolve as dificuldades de se assumir os princípios como sendo indivíduos. Enquanto que na primeira parte não se poderia assumir as substâncias como sendo universais, porque elas são *um-isto*, ou seja, de caráter individual. Agora, nessa parte da aporia, o Estagirita vai expor as dificuldades em se assumir a tese oposta, as substâncias como sendo indivíduos, e vai afirmar a necessidade das substâncias serem universais.

O que pesa contra a tese das substâncias ou princípios serem entendidos como indivíduos é a impossibilidade de serem objeto de conhecimento científico (*epistēmē*). A objeção é razoavelmente fácil de ser compreendida: se os princípios forem individuais, não serão cognoscíveis em si mesmos, pois todo conhecimento é assentado sob objetos universais, não sendo papel das ciências o trato do individual; desse modo, não serão princípios, porque serão inferidos de um princípio universal anterior, uma vez que os individuais somente podem ser conhecidos por meio de inferências feitas de premissas mais gerais, que chegam a uma conclusão menos geral. Com isso, o que Aristóteles quer expressar nessa objeção é a necessidade de que os princípios sejam universais, para que

¹⁰ Talvez possamos encontrar o argumento do Terceiro Homem em 1003a9-12, pois é possível ver as premissas da auto-predicação e da não-identidade em sentido forte, no entanto, engendrar um *regressus ad infinitum* não é o intento de Aristóteles nessa passagem, mas sim, apresentar uma *reductio ad absurdum* a partir da aceitação hipotética do que havia sido mostrado impossível em 1003a7-9.

fique assegurado o conhecimento científico, já que os princípios são condição de cognoscibilidade. Isso é esclarecido no *Segundos Analíticos*, quando o Estagirita apresenta a natureza do conhecimento científico e as premissas a partir das quais deve proceder. A teoria aristotélica da ciência prevê que o conhecimento científico (*epistēmē*) se dê por meio de funcionamento demonstrativo, isto é, um procedimento em que a partir de uma premissa primeira, indemonstrável, infere-se premissas verdadeiras, exprimindo uma relação de causalidade e necessidade da conclusão obtida da inferência com a premissa primeira que engendrou a dedução. As premissas primeiras ou princípios (*archai*) têm papel fundamental na demonstração e, portanto, na constituição do conhecimento científico, pois é a partir deles que as premissas de um silogismo científico são deduzidas, eles são o ponto de partida de todo conhecimento científico. Desse modo, uma característica primordial e determinante para a condição desse tipo de premissa é o fato de serem imediatas (*ámesos*), ou seja, não possuírem qualquer premissa anterior, pois são premissas primeiras¹¹. Os princípios são anteriores porque, caso contrario, perderiam a sua condição para a premissa que lhes precede. Ademais, não pode haver nenhuma outra premissa anterior aos princípios porque estes são indemonstráveis, caso houvesse premissas anteriores a eles, não seriam indemonstráveis, mas poderiam ser inferidos, portanto, demonstrados, por outras premissas anteriores. A conclusão é que os princípios devem ser imediatos e indemonstráveis para que o conhecimento científico seja possível e a demonstração científica não recaia num regresso ao infinito, dado que se os princípios não forem imediatos e indemonstráveis se requererá sempre premissas anteriores e não será possível determinar as premissas primeiras de demonstração, uma vez que não cumprirão os critérios de indemonstrabilidade e imediatidade necessários para a determinação do ponto de partida da demonstração científica. Essas características dos princípios, entretanto, não nos deixa claro ainda o caráter universal dessas premissas primeiras, exatamente aquilo a que visa o argumento de Aristóteles em 1003a13-17. Isso fica mais evidente quando o Estagirita apresenta outro elemento basilar do

¹¹ É clara a importância dos princípios na demonstração, eles são o ponto de partida das demonstrações, premissas primeiras da qual não há premissa anterior: “É preciso se partir de [premissas] primeiras, indemonstráveis, que não se conhecerá cientificamente (*epistēmē*), não tendo demonstração delas; pois conhecer cientificamente, não por acidente, as coisas das quais há demonstração é ter a demonstração. [...] Proceder a partir de [premissas] primeiras é proceder a partir dos princípios adequados (*archai*). Pois, digo que são o mesmo [premissa] primeira e princípio (*archē*). Um princípio de demonstração é proposição imediata, imediata é aquela a que não há outra anterior.” (*Segundos Analíticos*, I, 2, 71b26-72a8).

conhecimento científico, o caráter de necessidade¹² (*anagkaïon*) dos itens que compõe a demonstração científica¹³. A necessidade imputada aos itens da demonstração é justamente dada pelo caráter de universalidade desses itens, uma vez que o predicado universal é atribuído *necessariamente* aos itens de que é predicado. Ou seja, o caráter universal dos itens da demonstração científica é que garante a necessidade do conhecimento científico. Aristóteles chama a atenção que isso ocorre pela própria natureza da predicação universal, dado que ela é *a respeito de todo* (*katá pantós*) e *por si* (*kath' autó*). O fato de a atribuição universal ser *a respeito de todo* é o que confere a ela o caráter de generalidade, isto é, poder ser atribuído a todos os itens que possuam determinada característica em comum. No entanto, é preciso que essa característica que esses itens têm em comum seja *por si*, o que significa que essa determinada característica comum não possa ser de outro modo e seja atribuída infalivelmente aos itens de que é predicada, isso somente ocorrerá se essa característica for essencialmente predicada desses itens, de maneira que marque o que, de fato, esses itens são. A natureza dos universais serem *por si* quer afastar a possibilidade de que uma determinada característica comum seja abstraída de determinados itens, mas não indique precisamente aquilo que estes itens são, ou seja, indique uma característica accidental e que possa ser de outro modo. É exatamente o fato de os universais serem *por si* que garante que a demonstração científica tenha um grau de necessidade tal que torne o conhecimento científico seguro, pois assegura que as demonstrações feitas são de tal modo que é vedada a possibilidade de ser de outro. Com isso, Aristóteles mostra, por força de necessidade, que a ciência deve versar sobre universais, deve proceder suas demonstrações a partir de premissas universais e sendo os princípios as premissas primeiras da demonstração científica deverão, também por força de necessidade, ser universais. Ora, a aporia traz justamente o impasse a que se chega ao se tentar postular princípios individuais. Conforme os critérios de estruturação de como o conhecimento científico deve acontecer para que seja preciso e confiável, é impossível que os

¹² Necessário é aquilo que é de um modo tal que não pode ser de outro. Assim, o conhecimento científico ganhando a característica da necessidade é atribuído a ele o fato de ser de um tal modo que não pode ser diferente, sendo um conhecimento seguro a respeito de seus objetos. (Cf. *Segundos Analíticos*, I, 4, 73a21-25).

¹³ O quarto capítulo de *Segundos Analíticos I* é dedicado a mostrar o caráter de necessidade dos itens que compõe uma demonstração científica. Intimamente ligado a noção de necessidade está a universalidade, na medida em que o universal é predicado por necessidade dos itens do qual é predicado. (Cf. *Segundos Analíticos*, I, 4, 73a21-28; 73a25-28).

princípios sejam individuais, já que não se conseguiria garantir o caráter de necessidade dos itens que compõem a demonstração científica.

A aporia chega ao seu ápice, pois mostra que, de um ponto de vista ontológico, os princípios ou substâncias não podem ser universais, na medida em que são *um-isto*, de outra maneira, de um ponto de vista epistemológico, os princípios ou substância não podem ser como os individuais, porque não seria possível o conhecimento científico a partir de itens individuais. A substância como o conceito central para a ontologia aristotélica deve ser anterior (ou primeira) em todas as acepções deste termo, no entanto, a aporia mostra a imensa dificuldade que há para a determinação desse conceito, dado que, de um lado, a anterioridade epistemológica requer a determinação universal do conceito e, de outro, anterioridade ontológica requer a determinação individual.

IV

O problema que engendra a última aporia de Beta é que do ponto de vista ontológico os indivíduos são anteriores, mas do ponto de vista epistemológico os universais são anteriores. No entanto, substância deve ter anterioridade ontológica e epistemológica, o que nos revela o caminho árduo e o problema que Aristóteles terá que resolver no desenvolvimento de sua doutrina da substância. Em outros momentos esse mesmo dilema, de substância ser universal ou individual, aparecerá de modo um tanto divergente. Segundo Owen¹⁴, a perspectiva ontológica e epistemológica irão se chocar no conflito que se instaura entre o *um-isto (tóde ti)* e o *o que é (tí esti)*. Isso ocorre porque o *um-isto* – o indivíduo, o singular, o numericamente uno – é tomado como sujeito último de predicação, que recusa toda a classificação, e do qual deve ser referência, direta ou indiretamente, para todo o relato acerca do mundo. Diferentemente, o *o que é* vai ao encontro da classificação, ou seja, da busca pela identidade e, por conseguinte, da definição. Seguindo esse raciocínio, Aristóteles mostra que uma definição somente pode ser dada de modo universal e que apenas pode ser esgotada em uma forma entendida como espécie (*eîdos*) (cf. *Metafísica*, 1034a 5-8), não em um particular, pois este não é absorvido inteiramente na definição, uma vez que o caráter material do indivíduo não entra na definição, apenas a parte formal que o identifica aos

¹⁴ Para conferir a exposição de Owen sobre o problema do conflito entre universal e individual no panorama do desenvolvimento do conceito de substância Cf. OWEN, 1986, p. 279-294.

demais indivíduos deverá entrar (cf. *Metafísica*, 1037a27-b5). Enfim, o que o *o que é* garante, por meio da definição, é a enunciação de uma forma específica que é condição necessária para marcar a identidade dos entes¹⁵. O problema se dá, justamente, na convergência entre o *um-isto* e o *o que é*, uma vez que o *o que é* não se aplica apenas à categoria da substância, pode se indagar e exigir o *o que é* de todas as coisas que compõe o mundo, do branco ao se indagar o *o que é* recebe-se como resposta que se trata de uma cor, de maneira tal que é isso que define o que branco é. Como há para todas as coisas o *o que é*, seria difícil assegurar que ele inequivocamente se dirigisse ao *um-isto*, a saber, ao indivíduo. Assim, assegurar a convergência entre o universal e o indivíduo passa a ser um desafio para Aristóteles no desenvolvimento de sua doutrina da substância.

¹⁵ Owen não identifica no desenvolvimento da doutrina da substância essa ambiguidade entre o *um-isto* e o *o que é* como sendo irreconciliável, nem que Aristóteles irá sacrificar uma das noções em detrimento da outra e batizar a sobrevivente de substância. O enredo de Z, para ele, é segurar os dois usos juntos a partir de um movimento minucioso (*pincer-moviment*). (Cf. OWEN, 1986, p.280 ss.).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APHRODISIAS, Alexander. *On Aristotle's Metaphysics 2 & 3*. Translated by W. E. Dooley and Arthur Madigan. London : Duckworth, 1992.
- MADIGAN, Arthur. *Aristotle – Metaphysics: books B and K1–2*. Translated with a commentary. Oxford: Clarendon Press, 1999.
- MENN, Stephen. *Aporiai 13-14*. In: CRUBELLIER, Michel. LAKS, André. *Aristotle's Metaphysics Beta: Syposium Aristotelicum*. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 211-265.
- MINIO-PALUELLO, L. *Categoriae et Liber De Interpretatione*. Oxford: Clarendon Press, 1949.
- OWEN, G.E.L. *Particular and General*. In: _____. *Logic, Science and Dialectic: collected papers in greek philosophy*. (Editado por Martha Nussbaum). New York: Cornell University Press, Ithaca, 1986, p. 279-294.
- ROSS, W. D. *Aristotle's Metaphysics : a revised text with introduction and commentary*, 2 vols. Oxford: Clarendon Press, 1924 [1981].
- _____. *Aristotle's Prior and Posterior Analytics : a revised text with introduction and commentary*. Oxford : Clarendon Press, 1949.
- TRICOT, Jules. *Aristote – La Métaphysique*, 2vols. Paris: J. Vrin, 2003.